



ABRUEM

Informativo da Associação

Ano XXIII - Edição 447 - Brasília, 3 de março de 2022.

UEMASUL, UEMA, SEGOV E FAPEMA FIRMAM PARCERIA PARA RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ENGENHARIAS E ARQUITETURA



A Secretaria de Estado do Governo do Estado do Maranhão (SEGOV), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA), a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), e a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) firmaram parceria, mediante convênio, para a implantação do Programa Institucional de Residência Profissional em Engenharias e Arquitetura.

O Programa irá proporcionar um curso de aperfeiçoamento profissional de caráter eminentemente prático, orientado e supervisionado para egressos dos Cursos de Engenharia Civil, Mecânica, Produção, Computação e Arquitetura e Urbanismo com o intuito de desenvolver suas competências e habilidades, buscando a inserção no mercado de trabalho.

Com duração de um ano, poderão participar do programa os egressos com até três anos de formados em qualquer instituição do Estado do Maranhão, com bolsas financiadas pelos órgãos fomentadores no valor de R\$ 2.000,00, por meio de Edital/FAPEMA. As atividades serão desenvolvidas em parcerias com empresas públicas e privadas ligadas ao setor tecnológico.

A pró-reitora de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica, professora Márcia Suany Dias Cavalcante destacou o papel acadêmico e social da residência. “O Programa Institucional de Residência Profissional em Engenharias e Arquitetura vem atender às necessidades dos recém-formados nas áreas contempladas no sentido de viabilizar a inserção imediata ao mercado de trabalho. Assim, ganham os egressos, bem como as instituições e empresas que receberão pessoas qualificadas para colaborar em suas atividades. A parceria SEGOV, FAPEMA, UEMA e UEMASUL está atenta à importância do aperfeiçoamento profissional por meio de vivências práticas e orientadas que buscam o desenvolvimento da nossa região”, finalizou.

A resolução nº 166/2022- CONSUN/UEMASUL que cria o Programa Institucional de Residência Profissional em Engenharias e Arquitetura da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL e aprova seu Regimento foi discutida e aprovada durante a 25ª reunião Ordinária do Conselho Universitário. A residência tem como objetivos principais proporcionar aos Engenheiros e Arquitetos conhecimentos práticos e específicos da sua área de formação, qualificação

profissional, responsabilidade ética por meio do exercício profissional, aperfeiçoamento técnico nas áreas afins das Ciências Tecnológicas, incentivar pesquisas e estágios dentro das Unidades Residentes, colaborando para a cultura de financiamento de ensaios experimentais no âmbito privado e aproximando o universo acadêmico das unidades profissionais, melhorar a qualidade do ensino prático para alunos egressos, fortalecer as atividades de extensão universitária por meio de Programas com as Unidades Residentes; entre outros.

Sobre o Programa

Os candidatos e as candidatas ao Programa Institucional de Residência Profissional em Engenharias e Arquitetura deverão apresentar o registro no Conselho de Classe: Carteira do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) para os Engenheiros; e Carteira do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo para os Arquitetos e Urbanistas (CAU).

A seleção será realizada mediante análise do Histórico Escolar e Currículo Lattes comprovados dos candidatos. A análise do Histórico Escolar será pautada no Coeficiente de Rendimento Acadêmico (média acadêmica obtida nas disciplinas cursadas) obtido pelo candidato durante o Curso de Graduação e o Currículo Lattes, baseando-se na quantidade e qualidade de títulos obtidos e atividades desenvolvidas pelo candidato, durante a graduação, priorizando aquelas relativas à área de inscrição, levando-se em consideração a tabela de pontuação constante no Edital.

O Programa Institucional de Residência em Engenharias e Arquitetura terá duração de um ano, carga horária de 1920 horas, das quais 90% serão destinados ao treinamento prático profissional supervisionado e 10% ao aprofundamento teórico, por meio de seminários e discussões técnicas, em regime de dedicação de 40 horas semanais a serem cumpridas pelo residente.

Fonte: Assessoria de Comunicação UEMASUL.

Texto: Mari Marconccine. Fotos: Internet

SIMPÓSIO 'QUADRINHOS E POLÍTICA: DO HUMOR À CRÍTICA' TEM PROGRAMAÇÃO DIVULGADA



O Núcleo de Pesquisa em Quadrinhos (NuPeQ), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), divulga a programação do Simpósio "Quadrinhos e política: do humor à crítica", que ocorrerá de 4 a 8 de abril.

O evento será on-line e tem inscrições gratuitas, que podem ser feitas neste link: <https://www.even3.com.br/quadrinhosepolitica/>

O Simpósio visa discutir as interfaces entre os estudos políticos, sociológicos e da linguagem, tendo como objeto de aproximação as histórias em quadrinhos. O evento conta com pesquisadores de várias regiões do país. E é realizado com apoio da Associação de Pesquisadores em Arte Sequencial (ASPAS) e do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (ADUEMS).

04/04: 09h – 12h

Mesa-redonda:

Sônia Maria Bibe Luyten (ASPAS/USP)

Só doía quando ríamos – Um retrospecto da história do humor gráfico brasileiro, no momento mais triste da nossa história, de 1964 a 1985, com Rubinho Pirola (cartunista)

Quadrinhos, ideologia e política, com Daniel Abrão (NuPeQ/UEMS)

Nataniel dos Santos Gomes (NuPeQ/UEMS/ASPAS/SELEPROT)

05/04: 09h – 12h

Mesa-redonda:

A charge e a guerra: charges políticas na II Guerra Mundial, com Natânia Aparecida da Silva Nogueira (ASPAS/ALLA)

Fernando Glória Caminada Sabra (NuPeQ/UEMS)

Entre tutelas e autonomias: políticas de representação de povos indígenas em Histórias em Quadrinhos, com Gustavo Soldati Reis (ARTEMI/UEPA)

06/04: 09h – 12h

Mesa-redonda:

A independente anarquia libertária resistente sem censura dos fanzines e sua versatilidade temática, com Gazy Andraus (ASPAS/PPGACV/UFG)

Carlos Ribeiro Caldas Filho (PUC Minas)

Peanuts e a resposta ao discurso racial: ineditismo e profetismo nos quadrinhos, com Leonardo Gonçalves Alvarenga (NuPeQ/UEMS)

A prisão de Lula em quadrinhos e a classificação de heróis e vilões na política brasileira, com Nelson Lellis

07/04: 09h – 12h

Mesa-redonda:

O percurso das histórias em quadrinhos em jornais de Caxias do Sul, RS, com Roberto Rossi Menegotto (UCS)

Mauricio Zanolini (Quadrinheiros)

Renato Ferreira Machado (Dom Bosco)

Gelson Weschenfelder (Lasalle)

08/04: 09h – 12h

Mesa-redonda:

Socialismo x capitalismo nas hqs: uma análise narratológica de Superman: entre a foice e o martelo, com Adriano Braga Bressan (NuPeQ/UEMS/ASPAS)

Bruno Andreotti (Polithicult/PUC-SP)

Iberê Moreno Rosário e Barros (POLITHICULT/PUC-SP)

João Vitor Mascarenhas (Quadrinheiros)

Fonte: UEMS. Texto: Eduardo Rosa

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ LANÇA ACERVO DIGITAL DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS



O Governo do Estado do Paraná, por meio da Fundação Araucária, Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) e da Universidade Virtual do Paraná, lança na segunda-feira (7) o Acervo Digital das Universidades Estaduais do Paraná. Serão investidos R\$ 2.160.000,00 no contrato que contém 31.500 licenças, com acesso a livros eletrônicos universitários, técnicos e científicos (e-books).

O objetivo é ampliar e melhorar o conteúdo acadêmico das bibliotecas das universidades estaduais, apoiando-as na qualidade da educação e disseminação

do conhecimento. O acervo conta com o mais atualizado catálogo das principais editoras do país. O acervo tem uma cobertura de mais de 60% da bibliografia básica e complementar das ementas das disciplinas dos cursos de graduação, pós-graduação presencial e a distância (EAD).

O novo serviço direcionado às comunidades acadêmicas estará disponível pela solução minhabiblioteca.com.br. Para ter acesso os acadêmicos deverão realizar a sua inscrição junto à biblioteca da sua universidade.

Durante o evento de lançamento também será apresentada a Plataforma Alexandria que reúne as iniciativas das universidades estaduais do Paraná em um só lugar e também disponibilizará o acesso ao acervo digital. O endereço eletrônico é alexandria.uvpr.pr.gov.br.

O evento online será no próximo dia 7 de março, às 14 horas e será transmitido pela página da Fundação Araucária no Youtube.

Fonte: Unioeste. Texto: Fundação Araucária

FORTALECENDO A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA ALÉM DA UNIVERSIDADE

Lidar com o cotidiano das salas de aula e com a diversidade de estudantes nas redes escolares é um desafio que exige contínuo aperfeiçoamento dos profissionais da área. Na Faculdade de Educação (FE) da Unicamp, vários projetos contribuem para uma capacitação constante e alinhada aos problemas reais da educação básica. A atuação na formação continuada e a capacitação em educação inclusiva são duas frentes de atuação que se destacam nesse sentido. Milhares de profissionais das redes escolares são formados todos os anos por meio de cursos de extensão oferecidos por pesquisadores da Universidade.



“Professor necessita de formação para dar conta das demandas que chegam a ele”, diz professora Maria Aparecida Guedes Monção

Um dos eixos de atuação da FE diz respeito à formação continuada, processo que visa ao aperfeiçoamento dos saberes exigidos à atividade dos educadores. Através da intersecção dos pilares da universidade pública - o ensino, a pesquisa e a extensão - conhecimentos são compartilhados entre pesquisadores da instituição e profissionais das escolas, possibilitando uma troca de experiências fundamental para o aperfeiçoamento da educação.

Grande parte dos cursos de formação continuada ocorre pela extensão universitária, que promove uma ponte direta entre os saberes da universidade e da sociedade. A professora da FE, Maria Aparecida Guedes Monção, é uma das docentes envolvidas nesses cursos.

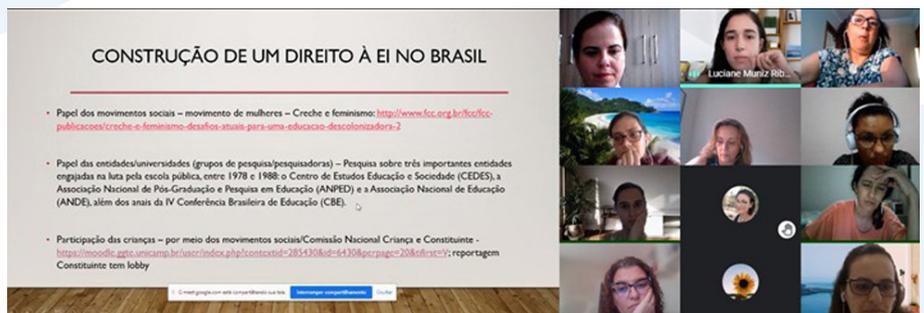
A docente tem uma história profissional vinculada à educação infantil e explica a importância da capacitação. “Apesar de pouco valorizado socialmente, o professor necessita de formação para dar conta das demandas que chegam a ele. No senso comum, parece que a educação se restringe a transmitir conteúdos, mas é muito mais que isso. Na escola, as crianças aprendem mais do que as áreas do conhecimento, elas aprendem a se relacionar, a lidar com a diversidade. O professor precisa dialogar com tudo isso, lidando com as singularidades em um espaço coletivo”, diz.

O último curso coordenado por Maria Aparecida, voltado a gestores de escolas (diretorias, vice-diretorias e coordenações pedagógicas), foi oferecido em 2021. A proposta surgiu de uma demanda de gestores em educação. Um coletivo de profissionais da Zona Leste de São Paulo a procurou com interesse em aprofundar conhecimentos sobre intersetorialidade e gestão democrática das escolas. Assim nasceu o curso, do qual participaram 80 profissionais das redes escolares de São Paulo e de Campinas.

Alunas do curso e coordenadoras pedagógicas da educação infantil na rede de Campinas, Marina Jardim e Renata Laureano avaliam a formação como um momento de aprendizagem e de trocas. “O formato do curso e a metodologia adotada nas aulas proporcionaram uma troca intensa entre os profissionais de duas redes diferentes. As aprendizagens foram muitas, tanto no que se refere ao conteúdo, tratado por diferentes especialistas, como pela produção de conhecimento feita ao final do curso”, diz Renata.

A interlocução entre profissionais da educação básica e do ensino superior, afirmam as alunas, é fundamental para a aproximação entre a academia e os desafios cotidianos das unidades educacionais.

“Se por um lado o conhecimento produzido na academia pode afetar os profissionais de modo a promover reflexões e mudanças em suas práticas educativas, os



pesquisadores também têm elementos do cotidiano para promover novas pesquisas e estratégias, e assim contribuir com os educadores na formulação de políticas públicas que garantam os direitos dos bebês e das crianças a uma educação de qualidade e com equidade”, observa Marina.

O curso, como destacam as educadoras, não é uma via de mão única. Em função dessa parceria, estudantes da Faculdade de Educação puderam realizar estágios também na rede pública de São Paulo. “Tentamos fazer a integração para que os estudantes fiquem próximos da educação básica. Isso também faz com que nós, que estamos no ensino superior, fiquemos atentos às demandas das unidades escolares”, avalia Maria Aparecida.

A docente também é coordenadora do Mestrado Profissional em Educação Escolar da FE, modalidade de pós-graduação vinculada à formação continuada de professores. O programa do mestrado desenvolve atividades e pesquisas relacionadas às práticas escolares. A preparação para atuação em políticas públicas educacionais em gestão, planejamento e avaliação de escolas e sistemas de ensino também é um dos focos do curso.

“A educação tem muitas nuances. Nosso desejo é contemplar todas as especificidades, pois quando isso não ocorre há um impacto muito grande sobre as crianças. Esse é o nosso papel na educação pública: produção de conhecimento que nos permita avançar conceitualmente e também nas práticas”, ressalta a professora.

Impulsionando a inclusão escolar

Na perspectiva da educação inclusiva, assegurada pela legislação brasileira, é preciso garantir acesso, permanência e aprendizagem a todas as crianças, sem discriminação. As escolas normais e regulares precisam



Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (Leped) foi fundado em 1996 e se dedica a pesquisas e atividades direcionadas à educação inclusiva

estar preparadas para atender a toda a diversidade dos estudantes, eliminando barreiras que os impeçam de estudar.

Atualmente, cerca de 90% dos estudantes com necessidades especiais frequentam a escola regular. Mas nem sempre foi assim. Em 1998, esse índice era de apenas 13%. A atuação de movimentos sociais e de pesquisadores da área teve uma importância singular para esse avanço. Dentre eles, está o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (Leped) da FE da Unicamp.

O Leped foi fundado em 1996 e se dedica a pesquisas e a atividades que contribuam para uma educação inclusiva. Fundado pela professora Maria Teresa Égler Mantoan, o desenvolvimento de pesquisas em políticas públicas e formação de profissionais da educação marcam o papel do Leped na história da educação inclusiva no país.

“O Leped se preocupa muito com a produção do conhecimento para a melhora das condições de vida. A luta do Leped é por uma escola para todos e, nesse sentido, temos vários cursos na Extecamp, com uma repercussão muito grande no Brasil”, observa Maria Teresa. A professora, que foi uma das responsáveis pela redação da Política Nacional de Educação Inclusiva (PNEEPI), de 2008, avalia que ainda há muito a avançar na formação em educação inclusiva, e os cursos ajudam a suprir essa lacuna.

Na plataforma da Escola de Extensão da Unicamp (Extecamp) há, atualmente, três cursos de difusão cultural voltados à educação inclusiva: “Entendendo a inclusão escolar como um direito”, “A diferença nas escolas e inclusão na prática: como ensinar matemática (e outras disciplinas) a todos os alunos, sem adaptações” e “A diferença nas escolas”. Em apenas um deles, estão matriculados mais de três mil alunos. Também são oferecidos cursos em parceria com o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, na área de educação infantil e de arte-educação.

O Leped também está preparando, junto à Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD), 11 cursos online sobre educação inclusiva, voltados a públicos específicos. Serão materiais direcionados a professores, famílias, conselheiros tutelares, operadores do direito, entre outros grupos. O Laboratório e a Federação também realizam, periodicamente, palestras, publicações e eventos em conjunto.

A formação para diversos profissionais é considerada fundamental pelo presidente da FBASD, Antonio Sestaro. Ele explica que a Federação

recebe constantes denúncias de discriminação nas escolas e, quando os pais procuram um órgão para buscar auxílio, percebe-se uma lacuna de conhecimento sobre o assunto.

Antonio é pai de Samuel Sestaro, de 31 anos. Quando seu filho estava em idade escolar, na década de 1990, o panorama era muito desafiador. O presidente da FBASD considera que a atuação do Laped segue sendo fundamental para os avanços da educação inclusiva.



Antonio Sestaro, presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, junto ao filho, Samuel Sestaro

Desde a década de 1990, quando a FBASD e o Laped foram criados, há uma parceria entre ambos. Maria Teresa, Antonio e outros tantos defensores da educação inclusiva atuaram conjuntamente para impulsionar políticas públicas.

Após a promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2007, da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), da Política Nacional Educação Inclusiva, houve significativos avanços nesse sentido. No entanto, avalia Antonio, o respaldo jurídico precisa ser acompanhado pela formação em inclusão.

“Há um respaldo jurídico importante, mas só a lei não basta. Precisamos que a sociedade, as escolas e os gestores entendam o que estamos falando. Por isso os cursos do Laped são fundamentais”, diz ele, que ressalta o papel de vanguarda da professora Maria Teresa na educação inclusiva no Brasil.

Na luta contra retrocessos

A parceria entre o Laped e organizações como a FBASD abrange também o ativismo político. Em 2020, quando o governo federal editou o decreto 10.502/2020, na contramão da educação inclusiva, eles se articularam como “amigos da corte” na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) impetrada no STF pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). A medida do governo incentiva a criação de escolas especializadas, ferindo o que preconiza a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a legislação sobre a inclusão.

Com a ADI, o STF suspendeu o decreto e está realizando uma rodada de audiências sobre o assunto. Ainda não há previsão para a votação da ação. “Estamos lutando diante das opções do governo atual, porque o Executivo propôs um decreto inviabilizando a inclusão, com posicionamentos segregadores. A força do Laped, junto a outras organizações não governamentais da educação e do direito, judicializou todas as propostas que ferem o movimento inclusivo. Chegamos ao STF liderando um conjunto enorme de instituições voltadas para a defesa da inclusão e estamos

aguardando a resposta para a sessão plenária, onde esperamos ganhar”, conta a coordenadora do Laped.

O presidente da FBASD critica o decreto, classificado por ele como “uma proposta totalmente segregadora”. A expectativa é que seja derrubado, e que haja o fortalecimento da inclusão nas escolas públicas regulares. Ele também critica a visão capacitista do atual Ministro da Educação, Milton Ribeiro, ao declarar que as crianças com deficiência “atrapalhavam” os demais alunos em sala de aula. Por trás dessa visão, avalia, estão os interesses de escolas especializadas privadas, que vêm perdendo estudantes com os avanços da inclusão nas escolas regulares.

A educação, diz Antonio, é fundamental para as pessoas com deficiência e tem reflexos também na empregabilidade. É nas escolas regulares que a formação deve ser feita, sem segregação, avalia. “Entendemos que vivemos em uma sociedade capacitista, mas podemos influenciar essa sociedade através da educação. Ao termos paridade no ensino, uma educação para todos e uma sociedade mais plural, teremos um país melhor”.

Fonte: Unicamp. TEXTO: LIANA COLL. FOTOS: ANTONINHO PERRI/ ACERVO PESSOAL. EDIÇÃO DE IMAGEM: RENAN GARCIA

EMOÇÃO MARCA A SOLENIDADE DOS CONCLUINTES DOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA DA UNIRV



Foi realizada na noite do último dia 24 de fevereiro, no Bloco Administrativo da Universidade de Rio Verde-UniRV, a cerimônia de certificação aos concluintes dos Programas de Residência Médica. A solenidade contou com a presença do Reitor da UniRV, professor Alberto Barella, do Vice-Reitor, professor Dr. Arício Vieira da Silva, da Coordenadora Administrativa da Comissão de Residência Médica, professora Ma. Helemi Oliveira Guimarães de Freitas, do Secretário

Municipal de Saúde de Rio Verde, Djan Barbosa de Freitas, do Coordenador do Centro de Operações de Emergência em Saúde, Dr. Wellington Carrijo, do Coordenador da Comissão de Residência Médica da UniRV, Dr. Giordanne Guimarães Freitas, e do Diretor da Faculdade de Medicina, professor Rychard Arruda de Souza.

Os oito concluintes foram recebidos pelos aplausos de amigos e familiares que tornaram o momento ainda mais emocionante. Os médicos

especialistas foram divididos nas áreas de; Cirurgia Básica, Clínica Médica, Ginecologia e Obstetrícia, Medicina Geral de Família e Comunidade e Pediatria.

Na ocasião, o reitor da UniRV destacou a importância da profissão, parabenizou os formandos e agradeceu a cada um por levar o nome da Universidade de Rio Verde com orgulho. “Quero parabenizar vocês pela conclusão. Dos oito concluintes desta noite, quatro ficarão aqui no município de Rio Verde, para se dedicar aos atendimentos em saúde às comunidades, os outros quatro ainda estamos em negociação, esperamos poder contar com vocês para levar os aprendizados para as demais cidades que possuem campus da UniRV”. O professor destacou ainda a seriedade da Faculdade de Medicina e dos programas que fazem parte da Residência Médica e se mostrou animado quanto à construção do Hospital Municipal Universitário que servirá de local para os futuros residentes do Programa.

Representando o Prefeito de Rio Verde, Paulo do Vale Faria, o Secretário de Saúde, Djan Barbosa de Freitas, destacou a parceria entre a UniRV e o município na promoção da saúde. “Primeiro quero agradecer a todos vocês pelo empenho e dedicação. Vocês são frutos dessa parceria de sucesso, que começou lá atrás com o advento do curso de medicina aqui em Rio Verde, com a reestruturação do nosso Hospital Municipal, com a qualificação, e criação de leitos de UTI e ambulatorios, tenho certeza que vocês saem daqui com capacidade técnica para ganhar o mundo”, finalizou o secretário.

O Programa de Residência Médica consiste em modalidade de pós-graduação destinado a médicos, caracterizado por treinamento em unidades hospitalares, ambulatoriais, de diagnose, entre outros, sob responsabilidade da COREME, devidamente credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e sob a coordenação, orientação e supervisão de profissionais médicos, que busca formar profissionais médicos especializados, desenvolvendo o perfil altamente qualificado no exercício de sua profissão, permeado por atitudes reflexivas, críticas, humanitárias e éticas com responsabilidade e competência para atuar nos mais diferentes cenários.



Fonte: UniRV



**Associação Brasileira dos
Reitores das Universidades
Estaduais e Municipais**

Expediente

www.abruem.org.br

Email: abruem@gmail.com

Jornalista responsável - Núbia Rodrigues. DRT: 2252-GO

Diagramação: Graziano Magalhães

Secretaria Executiva: Carlos Roberto Ferreira

Secretaria Geral: Denize Alencastro